

ISSN 2595-8801



Volume 2

n° 02
(2019)

Unilogos®
7950 NW, 53rd Street (Suite 337)
Miami, FL (USA)

REVISTA CIENTIFICA

COGNITIONIS

suae quisque fortuna faber est

**LOGOS UNIVERSITY
INTERNATIONAL®**



FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DO PROCESSO INICIAL E CONTINUADO EM UMA PERSPECTIVA COTIDIANA.

Mirela Saraiva de Sousa

Mestranda em Educação UNILOGOS

Co Autora: Maria Celiania da Silva

Mestranda em Educação UNILOGOS

RESUMO

A formação docente passou por grandes e importantes transformações ao longo da história do Brasil, esse processo visa melhorar a qualidade do trabalho dos professores, o aperfeiçoamento na aplicação de métodos que auxiliam no desenvolvimento das práticas deste profissional e conseqüentemente a melhoria nos índices de aprendizagem da população brasileira, para tanto, investimentos importantes vem sendo realizados nos últimos tempos, fato que inegavelmente contribui para a obtenção de resultados positivos e melhorias no processo educacional. Contudo, mesmo diante dos notáveis avanços identificadas ainda percebe-se uma distância entre as teorias aprendidas tanto na formação inicial quanto na formação continuada e a realidade das salas de aula que apresentam desafios maiores para professores que aqueles proporcionados em ambas as formações e que conseqüentemente demandam adequações e adaptações por parte do professor a cada situação encontrada.

Palavras-Chave: Formação, Docente, Sala de aula

1-INTRODUÇÃO

Reconhecer a importância do trabalho docente no Brasil tem sido uma luta árdua ao longo do desenvolvimento histórico deste país, durante muitos anos o processo de educação e consequentemente a valorização do profissional por ela responsável não foram levados a sério, em parte por consequência da forma como o país foi colonizado, pelo fato da educação ter chegado como forma de opressão, dominação e não como método de libertação ou valorização da cultura local existente conforme defendido por Freire (1997).

Diante dos muitos encontros e desencontros que envolvem a figura do professor e especialmente sua atuação e responsabilidades identifica-se neste profissional até os dias atuais a percepção de multiplicidade conforme destacam Leite et. al. (2018, p. 722): “Na contemporaneidade, dentre vários desafios da formação docente, destaca-se o de formar profissionais que atendam a uma multiplicidade de demandas emergentes no contexto educacional, especialmente no que diz respeito à escola enquanto locus de atuação”.

Reportar ao professor múltiplas funções em um contexto que apresenta elevado grau de complexidade e desafios torna-se uma constante na realidade educacional brasileira, o professor, mesmo não possuindo estrutura e condições apropriadas no que diz respeito aos mais variados elementos acaba desempenhando atividades que excedem suas competências e formações, gerando uma sobrecarga e distorções na definição das prioridades e verdadeiros papéis deste profissional que cada vez mais se vê desafiado pela realidade cotidiana.

Reconhecer a importância da formação inicial para o professor é uma realidade adotada e exigida recentemente no país, até bem pouco tempo atrás não se exigia formação adequada em cursos superiores para se atuar como professor, fato que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma educação com qualidade questionável e também para a desvalorização da figura do professor, uma vez que a profissão chegou a ser passada como herança familiar sem critérios confiáveis de seleção, ou quando essa seleção ocorria por meio de concursos públicos, mais recentemente, admitia-se pela própria Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB logo no início de sua implantação que professores atuassem apenas com a formação em nível médio.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB, 1996)

Esta abertura para atuação de profissionais apenas com nível médio marcou significativamente a educação no país, sendo possível registrar ainda hoje a existência de profissionais atuando nas escolas espalhadas pelos mais variados locais apenas com esta formação, torna-se fundamental ressaltar que a prática não substitui a formação ao mesmo tempo em que apenas a formação sem o exercício da prática não torna-se suficiente, uma vez que ambas se complementam gerando saberes e estratégias variadas que se completam no fazer docente.

No que se refere à formação continuada também adotada recentemente no contexto histórico educacional, ressalta-se sua relevância por se considerar que uma vez concluída a graduação e iniciada a atuação na carreira docente, muitos desafios surgem para esse profissional no cotidiano escolar, desafios estes que demandam inovação e estratégias adequadas que o auxiliem no desenvolvimento de uma educação de qualidade assegurada para todos sem distinção conforme garante a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...

Além de possibilitar ao professor constante aperfeiçoamento de sua formação inicial garantindo acesso às inovações metodológicas e estudos recentes na área educacional a formação continuada também visa oferecer condições estratégicas e auxílio às práticas docentes para que este tenha suporte adequado e suficiente para assegurar o direito a uma educação de qualidade para todos conforme descrito nos artigos supracitados.

Deste modo torna-se extremamente relevante a abordagem ora realizada neste artigo que objetiva analisar a oferta das formações inicial e continuada em perspectiva paralela ao contexto de atuação docente, buscando em autores e leis elementos que evidenciam a necessidade de ambas as formações ao mesmo tempo em que se retratam no cotidiano as carências que dificultam o desenvolvimento dos direitos assegurados.

Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em partes que abordam elementos históricos, contextuais e atuais das formações inicial e continuada realizando paralelos com a realidade cotidiana encontrada na maioria das escolas brasileiras, sendo utilizados recursos bibliográficos que embasam as discussões em três tópicos, formação inicial, formação continuada e contexto de sala de aula e considerações finais.

Abordar a realidade educacional brasileira exige discernimento e relacionamento de diferentes fatores e elementos que contribuem para realidades distintas e múltiplas existentes nesta esfera, ao mesmo tempo em que se busca garantir o direito a uma educação de qualidade para toda a população do país se percebe e registram diversas e distintas realidades e dificuldades enfrentadas pelos profissionais envolvidos diretamente nesse processo, especialmente o professor.

Este profissional, muitas vezes apresenta necessidades variadas nas diferentes áreas em que atua, além daquelas necessidades registradas por todas as áreas, tais como equipamentos e estrutura inadequados ou insuficientes, ele requer cada vez mais apoio metodológico e auxílio à sua prática para que possa assegurar a qualidade do processo ensino aprendizagem desejada historicamente neste país.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Será realizada uma análise de dados relevantes da história no que se refere às formações oferecidas aos professores, em seus aspectos inicial e continuada, levando em consideração diversos fatores sociais e econômicos que influenciaram e continuam influenciando no desenvolvimento destas no país, bem como observações no que se refere aos diferentes contextos encontrados dentro das salas de aula e as distâncias entre estes contextos e as teorias utilizadas em ambas as formações.

2-1 FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO BRASIL, CONTEXTO HISTÓRICO.

A colonização brasileira envolveu grandes acordos e especialmente grandes interesses econômicos por parte dos povos dominadores que viam no novo mundo possibilidades de explorações quase infinitas inicialmente com a extração das riquezas naturais, posteriormente com os grandes latifúndios em todas as regiões brasileiras, os grandes latifúndios formados no Brasil tiveram diferentes tipos de cultivos, produções e formas de exploração de acordo com cada região e o que esta possibilitava, toda a produção exigia muita mão de obra, esta se baseava principalmente para não dizer exclusivamente na exploração de escravos, inicialmente de índios posteriormente de escravos trazidos da África.

Estes povos sofreram todo tipo de exploração e agressão tanto física quanto psicológica, podendo os processos de aculturação praticados aqui serem classificados como pertencentes à categoria psicológica, uma vez que os colonizadores consideravam as culturas indígenas e africanas inferiores forçando esses povos a “adotar” a cultura européia imposta, de acordo com Bosi (1936, p. 46):

No começo, naturalmente, o grau de distinção ética era alto. Os cronistas do primeiro século ainda presenciaram as cerimônias tupis dos habitantes da costa [...] E os ritos afro-brasileiros que os estudiosos do século XIX já documentam, certamente remontam a séculos anteriores. Mas com o tempo a simbiose cabocla, mulata ou cafuza foi prevalecendo em todos os campos da vida material e simbólica: na comida, na roupa, na casa, na fala, no canto, na reza, na festa... A aculturação é, sem dúvida, o tema por excelência da antropologia colonial.

Nesse processo praticamente tudo que caracterizava esses povos se perdeu e em seu lugar ficou algo que de fato não lhes pertencia, não fazia parte de suas histórias, assim, pode-se dizer que não ficou nada no lugar da antiga cultura agora inexistente, fato percebido ainda nos dias atuais, quando por muitas vezes identifica-se na população a percepção de que outras culturas são melhores e por isso devem ser “imitadas”, desprezando muitas vezes o pouco que restou das nossas origens.

Parte dessa aculturação se deve pelo processo de escolarização praticada pelos padres jesuítas que chegaram junto às primeiras caravelas portuguesas já com esse objetivo de “civilizar” os povos aqui existentes, junto ao processo de apresentação da cultura letrada veio à recusa imediata às práticas culturais desses povos, especialmente as religiosas tidas por estes como

“demonizadas”, assim forçou-se a incorporação de uma cultura que os nativos e os recém chegados do continente africano desconheciam.

Por tratarem-se de padres os primeiros professores brasileiros o processo de escolarização desses povos se deu de modo superficial nessa época voltado fundamentalmente aos ensinamentos religiosos, além do fato de ainda não se ter estruturas adequadas em termos de equipamentos ou recursos humanos suficientes sendo colocado sob a responsabilidade dos jesuítas todo o processo educacional.

Em um momento posterior, quando os religiosos já não eram os únicos a lecionar, os professores e professoras foram responsabilizados não apenas pelo processo educacional, mas pela escola enquanto estrutura física, chegando ao ponto de estes tê-las como suas propriedades, fator que se agravava devido à falta de estrutura na formação desses profissionais que na maioria das vezes tinham também a responsabilidade de selecionar entre os seus alunos aquele ou aquela que iriam substituí-lo ou que se tornaria responsável pelo ensino de outras turmas tendo como critério o desempenho desses aprendizes em sala.

Essa prática permitiu uma espécie de perpetuação de famílias na profissão, pois os professores priorizavam nessa escolha parentes como define Gondra (2008, p. 195):

[...] Assegurava aos professores primários o exercício de um monopólio sobre os processos de reprodução da docência, na medida em que mantinha sob a sua direção e responsabilidade a formação dos aprendizes os futuros mestres da escola. Com isso importava não apenas garantir aos filhos e parente o acesso aos empregos oficiais, mas, sobretudo, conservar, no âmbito restrito de seu grupo profissional o monopólio sobre os segredos do ofício, sobre os saberes, as técnicas e as artes de ensinar, através das práticas tradicionais de aprendizagem e transmissão.

Percebe-se nesses casos a falta completa de formação dos novos professores, fator que entre outros contribuiu significativamente para a não valorização da profissão dentro da sociedade, essa prática também pode ser considerada como responsável pela grande discriminação e preconceitos existentes no ambiente educacional durante muito tempo, podendo-se arriscar a dizer até os dias atuais, já que como “donos da escola” os professores ensinavam de fato àqueles que se comportavam dentro dos padrões sociais por eles aceitáveis, deixando os demais “não sociáveis” de lado.

Posteriormente o processo de formação inicial de professores forçou-se a acompanhar a modernização imposta pelos avanços ocorridos especialmente no âmbito educacional em outros países que fizeram com que o Brasil identificasse imensas lacunas no desenvolvimento educacional oferecido aqui, diante de tais percepções e da obrigatoriedade da oferta de educação para toda a população brasileira surgiram então leis que regulamentavam uma formação mínima para a atuação como profissional do magistério, embora nesse momento ainda se admitisse apenas o nível médio como suficiente para o exercício da profissão, fato que deixa registros até os dias atuais, uma vez que ainda se encontram professores com tal formação atuando em escolas brasileiras, especialmente na zona rural, apenas com formação pedagógica em nível médio.

A exigência da formação em instituições de ensino superior para ingresso na carreira docente como professor de educação básica no país foi um processo lento e gradativo, podendo ser registrado apenas recentemente a obrigatoriedade e a não mais existência de vagas para professores com formação inicial em nível médio em concursos públicos de ingresso na carreira.

Atualmente é possível encontrar cursos de licenciaturas espalhados em praticamente todos os lugares do país, são instituições públicas e principalmente privadas que ofertam cursos de formação inicial nas mais variadas áreas e em diferentes modalidades, cumprindo o currículo teórico e prático de experiências fundamentais para a formação adequada de profissionais aptos a desenvolver a prática docente tendo como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior regulamentada pela Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015.

A construção deste documento na visão de Dourado (2015) trata-se de uma demanda histórica no Brasil, uma vez que durante muitos anos se buscou por meio de diferentes movimentos sociais a regulamentação da formação inicial para professores ao mesmo tempo em que se identifica pelos dados históricos o quanto se esperou até que se chegasse à obtenção de tal regulamentação e conseqüentemente a oferta de licenciaturas com padrões regulares de qualidade.

A Resolução nº 2/CNE/2015 destaca em seu Art. 2º compreende a carreira docente como:

Ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2015b).

Assim, torna-se evidente a amplitude necessária ao fazer docente uma vez que este profissional está ou estará em contato direto com múltiplas realidades, culturas e saberes cabendo a ele reconhecer e valorizar a existência de cada um dos contextos que o rodeará durante o exercício de sua prática conforme destacam Leite et. al. (2018, p. 727):

A complexidade da formação desse profissional se amplia, [...] não se restringe a um grupo homogêneo de estudantes organizados em um nível único de ensino, afinal, o professor é formado para atuar na educação básica em diferentes níveis, que possuem especificidades distintas.

Esta formação precisa por tanto preparar o profissional para a atuação neste contexto irregular que apresenta desafios e demandas diárias e urgentes, ao mesmo tempo em que evidencia para este profissional a relevância de seu trabalho, uma vez que depende dele grande parte dos resultados obtidos no desenvolvimento educacional no país.

2-2 FORMAÇÃO CONTINUADA E OS DESAFIOS DO COTIDIANO EM SALA DE AULA.

Em virtude dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos tempos que aproximam pessoas, conhecimento e informação com velocidades cada vez maiores percebe-se que ações e acontecimentos deixam de ter caráter local e passam a refletir de forma ampla, nesse cenário a educação passa a ter uma função cada vez mais importante, sendo esta indispensável ao desenvolvimento de pessoas conscientes de seu papel na sociedade, capazes de expressar-se e colocarem-se diante dos mais variados assuntos ou necessidades sem que para isso deixem de respeitar as demais pessoas ou suas opiniões.

Nesse contexto, o papel do professor torna-se ainda mais relevante, pois apesar de o desenvolvimento educacional ser responsabilidade de diversas camadas sociais e familiares, este profissional além de ser um dos responsáveis diretos pela aprendizagem cognitiva do educando, também cabe a ele orientações e direcionamentos educativos em amplos aspectos de postura e convivência nos mais diversos ambientes sociais, especialmente levando em consideração casos em que as demais camadas responsáveis pelo processo educacional se omitem e o professor passa a ser a única referência de orientação.

Contudo torna-se relevante ressaltar que ao mesmo tempo em que se ensina ou direciona caminhos se aprende com as experiências e vivências de cada criança assim como cada criança adquire novos conhecimentos a partir daquelas experimentadas pelo seu professor, formando um elo de troca constante conforme destaca Freire (1996, p. 23):

[...] ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro [...].

Nesse sentido, observa-se na própria citação de Freire a inexistência de um ser superior ao outro, ambos são colocados com as mesmas condições, apenas com aprendizagens diferentes que se complementam na sala de aula, levando em consideração as constantes necessidades e oportunidades que este ambiente proporciona para que tal troca ocorra constantemente e se obtenha como consequência resultados percebidos por toda a sociedade.

Diante do exposto, não se concebe nos dias atuais professores alheios aos avanços emergentes na sociedade, tão pouco inertes às suas responsabilidades diante deste panorama contextual, que cada vez mais exige da educação e conseqüentemente do professor, atitudes capazes de atender as demandas sociais de integração e respeito entre outras competências fundamentais a este mundo integrado, além das habilidades cognitivas fundamentais ao pleno desenvolvimento tanto da própria sociedade quanto dos seres nela atuantes.

Sendo assim, não se admite nesta conjuntura professores que não buscam ampliar suas visões de mundo por meio de constantes aprimoramentos e aperfeiçoamentos profissionais, para tanto o próprio Estado tem ofertado cada vez mais programas de formação continuada com a oferta de cursos de pós graduações entre outros que são oferecidos com apoio de instituições de educação superior públicas e privadas espalhadas por todo o país.

São programas e projetos de apoio a formação docente com cursos de especialização específicos nas áreas de atuação do professor além de cursos voltados para desenvolvimento

de habilidades e estratégias de ensino com base nos mais recentes estudos desenvolvidos no âmbito educacional cujo intuito é garantir aos profissionais da educação não apenas apoio e inovação às suas práticas, mas também constante renovação e aperfeiçoamento para que esses profissionais tenham condições de acompanhar os avanços sociais e especialmente tecnológicos pelos quais a sociedade vem passando nos últimos tempos, podendo desse modo renovar-se constantemente enquanto práticas e técnicas para que tenha condições de desenvolver em sala de aula uma educação com a qualidade desejada historicamente no país.

Apesar dos esforços demandados recentemente na busca pela ampliação das formações inicial e continuada segundo relatos do observatório do Plano Nacional da Educação PNE 74,8% dos professores que atuam na educação básica possuem nível superior de formação inicial, destes, apenas 32,8% dos que lecionam nos anos finais do ensino fundamental possuem formação específica na área em que estão atuando, no ensino médio o número salta para 48,3% sendo os demais professores formados em outra área dependendo de autorizações temporárias para atuarem, esta realidade dos dados vão à mão contrária aos desejos de maior qualidade no ensino ofertado e especialmente deixa claro que apesar dos avanços ocorridos ainda torna-se necessário maior ampliação nas ofertas de cursos de formação e aperfeiçoamento para professores dessa rede de ensino no Brasil.

Observa-se também que os dados expostos pelo próprio PNE mostram uma realidade diferente daquela proposta por ele, uma vez que o mesmo estabelece metas a serem atingidas pela educação no período de 2014 a 2024 em todo o território nacional, podendo ser destacadas as metas 15 e 16 que tratam especificamente das formações docente:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014)

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014)

Avaliar as metas expostas em comparação à realidade também expressa pelo mesmo documento leva a reflexões e percepções semelhantes às expressas no início do processo educacional no país, identificam-se semelhanças no que se refere à forma como o processo educacional vem sendo protelado ao longo do tempo, apesar das melhoras, estas sempre são prorrogadas e adiadas, fato percebido, por exemplo, pelo não cumprimento, ou pelo cumprimento apenas de modo parcial, da meta 15 no prazo estabelecido, ou pela percepção identificada também nos números expressos pelo documento que mais prazo será necessário para o cumprimento da meta 16.

Destacam-se ainda distâncias entre as abordagens teóricas e a realidade percebida pelos profissionais dentro das escolas, especialmente dentro das salas de aula, uma vez que muitas das teorias não levam em consideração as muitas dificuldades enfrentadas pelos professores no exercício de suas práticas, dificuldades estas que vão desde problemas nas estruturas físicas das instituições já que muitas escolas apresentam graves problemas de adequação para o funcionamento, especialmente àquelas localizadas distantes das sedes urbanas, passando por quantidade insuficiente de recursos didáticos disponíveis até dificuldades graves no apoio demandado para o desenvolvimento adequado e satisfatório do seu trabalho.

Não são raros os casos em que o professor precisa adequar e adaptar tudo que aprendeu nas Instituições de Ensino Superior em suas formações inicial e continuada à realidades que não lhes permite desenvolver seu trabalho em conformidade com o que lhes foi ensinado como mais adequado para o direcionamento de caminhos que levem ao pleno desenvolvimento cognitivo dos educandos, em muitos casos, essas adequações ao que o contexto permite se quer passa por orientação e direcionamento por parte de uma equipe pedagógica ou mesmo de um coordenador pedagógico, sendo o professor único responsável pelo desenvolvimento de planos e estratégias que ele considere mais adequados diante daquilo que a realidade permite.

Apontam-se ainda a esse contexto as dificuldades encontradas dentro da própria sala de aula em decorrência de problemas sociais enfrentados pelas crianças atendidas e por suas famílias que acabam influenciando diretamente no processo ensino aprendizagem e conseqüentemente no desenvolvimento do trabalho docente, são situações impostas, por exemplo, pelo sistema capitalista que vê no ser humano apenas um instrumento ou recurso a ser usado para atingir seus objetivos, uma vez que explora a força de trabalho criando necessidades além das reais e para supri-las torna-se necessário cada vez mais tempo de trabalho refletindo diretamente na disponibilidade de tempo para orientar e educar seus filhos, sendo esta responsabilidade constantemente substituída por objetos, que não substituem às carências afetivas, tão pouco a urgência em orientação, apoio e educação.

Assim, o professor acaba precisando adequar-se às muitas realidades existentes fazendo com que mesmo sendo de fundamental importância toda a teoria adquirida a prática acaba se sobressaindo levando esse profissional a criar estratégias e metodologias próprias conforme destacam Magalhães e Azevedo (2015, p. 14)

Os esquemas práticos não são esquemas prontos que o professor coloca mecanicamente em ação na sua atividade profissional. O docente, ao longo de sua carreira, cria ou se apropria de diferentes esquemas práticos, modifica-os ou combina-os de maneira nova. Para compreender o próprio processo de constituição desses esquemas, é preciso, entre outras coisas, compreender a relação entre pensamento e ação para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: docentes e estudantes.

Contudo, não se pode negar a urgência em se apoiar o professor no desenvolvimento do processo educacional no país, auxiliando-o no desenvolvimento de estratégias que deixem de ter caráter individual e passem a ser coletivos e comuns dando apoio verdadeiramente a este profissional que historicamente se vê atuando e buscando soluções de forma isolada.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir a respeito do processo de formação docente no Brasil envolve consequentemente reflexões a respeito de todo o processo educacional existente no país desde seu período de implantação com a chegada dos colonizadores passando pelos arranjos realizados em momentos posteriores chegando até o contexto atual, todo esse percurso engloba diferentes elementos e fatores sociais e econômicos relevantes e determinantes não apenas para a forma como ocorreram e ocorrem as formações, mas também para as consequências e resultados obtidos pela sociedade.

O fato de existirem grandes distâncias entre teorias e práticas refletem diretamente na obtenção dos resultados que cada vez mais se distanciam daqueles desejados e planejados como ideias, embora as formações sejam realidades recentes para os professores brasileiros mesmo diante desse apoio necessário ainda não se conseguiu atingir os patamares almejados pelo processo educacional, ainda existe a sensação de que se caminha em busca de um objetivo inatingível, exemplo disso é a posição em que o país ocupa nas avaliações internacionais que medem o desenvolvimento e os resultados da educação em todo o mundo. Podem-se apontar tais resultados de forma geral como consequência de todo o processo histórico pelo qual a educação e principalmente a forma como esta sempre foi vista e tratada no país, apesar de muitos estudos e consciência a respeito da forma como deve acontecer, poucas foram as vezes em que de fato foram disponibilizadas todo o suporte necessário para que as teorias fosse efetivadas adequadamente, dando condições não apenas aos professores e funcionário para o desenvolvimento do processo de forma apropriada, mas também oferecendo o suporte necessário aos alunos para se desenvolverem plenamente.

A educação sempre esteve em discussão, existem leis que amparam todo o sistema educacional de forma ampla e verdadeiramente adequada, no entanto, ainda se registram grandes distâncias entre o que dizem essas leis e a prática vivenciada por professores espalhados por todas as escolas no país, mesmo existindo programas e projetos que visam a aplicabilidade na prática daquilo que está previsto, sempre torna-se necessário maior espaço de tempo para a efetivação, sempre estão sendo adiadas as urgências educacionais por não se conseguir sua efetivação no tempo estabelecido inicialmente, exemplo disso são parte das metas do PNE.

À frente de toda essa realidade estão sempre os professores, que vivem constantemente situações de ilusão quando entram em vigor leis, programas e projetos de apoio e incentivo a educação e consequentemente ao fazer docente e desilusão quando todas essas propostas são constantemente prorrogadas em suas implementações, dando a sensação que nunca chegará de fato ao chão da sala, fatores que forçam o professor a adequar-se constantemente às realidades previstas que nem sempre condiz com a existente em seu ambiente de trabalho.

Inegavelmente a educação tem sido e é reconhecida como o caminho mais seguro e coerente para o crescimento e desenvolvimento de países em todo o mundo, teoricamente o Brasil também é conhecedor desse fato, as leis, programas e projetos desenhados comprovam essa consciência, no entanto muito empenho e dedicação por parte do Estado ainda faz-se necessário para que todo esse conhecimento se expanda e chegue de fato a todas as escolas existentes, fazendo com que verdadeiramente todos tenham acesso a uma educação de qualidade que valorize efetivamente os profissionais que nela trabalham, a família e os educandos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 02/CP/CNE/2015**. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Brasília: CP/CNE/MEC, 2015b.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun 2014.

BOSI, A. 1936. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GONDRA, J. G. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEITE, E. A. P. et. al. **Formação de Profissionais da Educação Alguns Desafios e Demandas da Formação Inicial de Professores na Contemporaneidade**, Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 144, p.721-737, jul.-set., 2018.

MAGALHAES L. K. C. e AZEVEDO L. C. S. S. **Formação Continuada e Suas Implicações: Entre a Lei e o Trabalho Docente**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan.-abr., 2015